

## Paradigmas & Paradoxmas Linguístico-Redacionais

---

Lauro Dick

UNISINOS

The aim of this paper is to identify the linguistic writing paradigms underlying the corpus of six grammarians and five writing guidebooks. To achieve this, first, the paper presents three possible concepts of paradigms: morphological, platonic-philosophical and kuhnian-scientific. Second, the study analyses, under the established criteria of empiricism, conceptualization and explanation, important materials written by Adriano da Gama Kury, Celso Luft, Luiz Sacconi, Napoleão Mendes de Almeida, Pasquale Cipro Neto, Paulo Ledur and Editora Abril, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* and *Zero Hora* guidebooks. The conclusion is that there are two patterns in the materials analysed: the prescriptive one of Almeida, Ledur, Sacconi and newspaper and magazine guidebooks and the descriptive one of Cipro Neto, Kury and Luft.

Brincadeiras à parte, mas ainda brincando, a redação, como objeto científico e didático de estudo, sempre esteve mais para *dogma* do que para *digma* (de *dêiknymi*, 'fazer aparecer, dar a ver', donde *deigma* e *digma*), mais para princípio indiscutível, ponto incontestável, verdade inconcussa do que para desvelamento, explicação, demonstração. Por que isso? Apesar de não ser este o lugar para uma resposta à pergunta, há de se levar em conta o capítulo em que Derrida, na sua *Gramatologia*, discorre sobre "A escritura e a exploração do homem pelo homem" (1973: 146) e o artigo de Petrucci "Ler por ler: um futuro para a leitura", em *História da leitura no mundo ocidental* (1999: 206), onde se afirma que

quase todas as campanhas de alfabetização de massa realizadas em níveis nacionais ou mundiais (por exemplo, pela UNESCO), em países adiantados ou em ex-colônias, apostaram preponderantemente no crescimento e na difusão da capacidade de ler, não na capacidade de escrever.

A razão básica dessa escolha seria, segundo o autor, "a consciência de que a leitura era, antes do advento da televisão, o meio mais adequado para determinar a difusão de valores e ideologias e, de qualquer modo, o mais fácil de

controlar, mediante regras, desde que se conseguisse dominar os processos de produção e sobretudo os de distribuição e conservação dos textos, ao passo que (...)” (Petrucci, 1999: 206, 207). Ao passo que o quê? “(...) ao passo que a escrita é uma capacidade individual e totalmente livre, que pode ser exercida de qualquer maneira, em qualquer lugar, e para produzir o que se quer, estando além de qualquer controle e, em última análise, de qualquer censura” (Petrucci, 1999: 207).

Em boa hora, para os propugnadores dessa política francamente pró-leitoral e tacitamente antiescritural (nada contra a primeira, em si), a escola adaptou o viés de controle descrito a sua própria realidade e, mais ingênua do que espertamente ou mais esperta do que ingenuamente, adotou o discurso da leitura e produção de textos, que, em termos de produção, parece estar sendo, em geral, de poucos frutos.

Acresce que, na cotidiana prática escolar escrita, mistura-se ao caldo ideológico, ainda por cima, um novo ingrediente, que é o de converter a escrita em atividade, ou salgada, ou insossa, extremos do mesmo dissabor, e uma das formas de, ou pela salgadura, ou pela insulsez, estragar o prato é, a meu ver, a maneira autoritária de encarar a matéria-prima verbal.

Chego, assim, ao objetivo deste trabalho, que é o de identificar os paradigmas lingüísticos subjacentes a textos gramático-doutrinários relativos à redação. Discorro, por isso, num primeiro momento, sobre paradigma. Num segundo, retomo resumidamente pesquisa anterior sobre o tema. E, num terceiro, aplico a um *cópus* gramatical e redatorial os parâmetros científicos (as ferramentas conceituais e instrumentais), balizadores deste empreendimento.

## Paradigma

Na acepção usual, o termo paradigma remonta aos anos 60 do século XX, quando um grupo de filósofos da ciência, ditos novos, dentre os quais viria a se destacar Thomas Kuhn, 1922 a 1996, com *A estrutura das revoluções científicas* (1991), daqui em diante *ERC*, passou a postular - contra os clássicos do empirismo lógico e do racionalismo crítico, E. Carnap e K. Popper, segundo os quais a ciência tem base de observação neutra, é progressiva e usa invariavelmente o mesmo método hipotético-dedutivo - que a investigação científica se faz, sim, é das cimeiras de uma determinada visão de mundo e na interação com ela, assim que, na história concreta de um saber, se forjam, a espaços, marcas distintas e mutáveis de avanço, as quais

são pragmática, ontológica e epistemologicamente comprometidas com o momento histórico (Kuhn, 1991; Ransanz, 1999), porquanto “os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente” (Kuhn, 1991: 71).

Antes, porém, de continuar, o que é mesmo paradigma? Do grego *parádeigma*, com passagem pela forma latina *paradigma*, ‘exemplo, mostra, cópia, padrão, modelo, protótipo’, o vocábulo admite, ao menos, três sentidos: gramatical, filosófico-platônico, científico-kuhniano.

Gramaticalmente, paradigma designa o modelo morfológico regular de um conjunto flexional, tal como o das conjugações verbais e o das declinações do grego e do latim. Assim, a segunda pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo de um verbo em *ar*; digamos que *chamar*; é sempre a adjunção de um tema (radical + vogal temática: *cham + a*) a um sufixo modo-temporal *va* e a uma desinência número-pessoal *s*: *cham + a + va + s*. Já o acusativo dos substantivos da primeira declinação latina e grega termina invariavelmente, pela ordem, em *m e n*: *casam*, ‘choupana’, e *oikian*, ‘casa’.

Filosófico-platonicamente, paradigma é o Arquétipo, ou a Idéia, ou o Modelo Originário - maiusculizei para marcar o “Além” (Platão, 2000: 61) - das coisas sensíveis. No *Fédon* (2000), por exemplo, junto com a teoria da reminiscência, ou anamnese, e a metempsicose, ou reencarnação, Platão afirma, na voz de Sócrates, a existência de Formas (Formas ou Fôrmas) eternas e imutáveis, que denomina “o Igual em si mesmo” (id.: 74), para o qual [ou para as quais] “as realidades sensíveis tendem sempre (...), embora lhe [ou lhes] fiquem bastante aquém” (id.: 75), e do qual já tínhamos conhecimento, “antes de começarmos a ver, a ouvir, a gozar dos restantes sentidos” (id., *ibid.*). “Pois bem”, continua, “se essa aquisição se deu antes do nosso nascimento, e se nascemos com ela, não é porque conhecíamos já, antes de nascermos e logo ao nascer, não apenas o Igual, o Maior, o Menor, mas todas as realidades desse tipo?” (id., *ibid.*).

Científico-kuhnianamente, o paradigma se define como teoria ou sistema dominante, por um tempo, numa área científica particular, sendo esse o significado que ora lhe atribuo. Ao longo das 258 páginas de sua obra, Kuhn acentua (1) quer aspectos mais gerais da palavra, como os de ela significar “modelo ou padrão aceitos” (Kuhn, 1991: 43) e “matriz disciplinar” (Kuhn, 1991: 226), (2) quer facetas mais específicas, como (2a) a de que “o termo ‘paradigma’ é usado em dois sentidos diferentes: de um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhados pelos membros de

uma comunidade determinada”, e, “de outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas” (Kuhn, 1991: 218), e (2b) a de que “governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência” (Kuhn, 1991: 224).

Enfatizadas as características tanto material e modelar quanto comunitária da concepção paradigmática kuhniana, mais dois pontos requerem atenção: como ocorre a evolução de uma disciplina científica e que tipos de comprometimento a instituição de um paradigma pressupõe.

Para a primeira questão - o crescimento progressivo de uma área de conhecimento - Kuhn aponta cinco etapas, a saber:

(1) a pré-paradigmática, na qual coexistem várias correntes (gramática normativa e lingüística descritiva, arte da composição do estilo e teoria da literatura...);

(2) a paradigmática, na qual se chega a acordo relativamente aos pressupostos básicos: caracterização do objeto a estudar, dos problemas a resolver, das técnicas analíticas a utilizar (e, para manter a exemplificação do item anterior, a lingüística assim como a teoria da literatura se impõem);

(3) a da ciência normal, na qual as regras do esquema dominante se mantêm;

(4) a da crise, na qual surgem problemas resistentes às ferramentas conceituais e instrumentais em uso (seria o caso da análise de discurso, nos termos em que praticada nos anos 70, 80 e 90 do século recém-findo?);

(5) a da revolução, na qual “um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (Kuhn, 1991: 125). A referida incompatibilidade recebe, em Kuhn, a denominação de incomensurabilidade, não no sentido mais óbvio de ‘enorme, imenso, desmedido’, senão que no mais especializado, quem sabe, de ‘inarmônizável, inconciliável, incombinável’. Quer dizer: o sistema *a* (etapas 1, 2, 3, 4) não se compatibiliza ou não se comensura com o *b* (etapa 5), no que tange ou à taxionomia, ou à terminologia, ou à linguagem, mesmo que só num limitado número de termos, suficiente, contudo, para impedir que as teorias sejam perfeitamente intertraduzíveis. É por isso que o *erro* de um gramático prescritivista não é o de um descritivista; o gênero literário de um Antônio da Cruz (1951) e de uma Albertina Fortuna Barros (1968) não é o de Vítor Manuel de Aguiar e Silva (1967) e o de Carlos Reis (1995); a conjunção temporal *quando* da gramática frasal não é a da gramática transfrasal, que chama a partícula em questão de articulador ou conector; semelhantemente,

o verso *A gente somos inútil*, da banda Ultraje a Rigor, provavelmente, um prato estragado para o gramático normativista, pode ser uma iguaria fina para o lingüista.

Respondendo, em continuação, à segunda pergunta, atrás formulada - relativa aos compromissos compartilhados por uma comunidade seguidora do mesmo paradigma - (Kuhn: 1991) menciona quatro:

(1) o das generalizações ('leis, conceitos e teorias", p. 63, que, no campo dos estudos lingüísticos seriam *significante e significado, sincronia e diacronia, enunciação e enunciado, competência e desempenho, esquema e uso...*);

(2) o da ontologia ou quase-metafísica do objeto investigado (as "espécies de entidades", p. 65, lingüísticas, metalingüísticas, sociolingüísticas, psicolingüísticas da linguagem verbal...);

(3) o da metodologia (córpus e análises à disposição: fonológica, morfológica, sintática, semântica, pragmática...);

(4) o da atenção às aplicações exitosas da teoria, visto que "os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente" (p. 71)<sup>1</sup>.

Dado isso, o que seria, neste começo do século XXI, o paradigma de um estudo lingüístico deveras científico? Parece haver consenso, entre os investigadores da área, e aduzo como testemunhas diacrônicas Lúcia M. P. Lobato (1986), Edward Sapir (1969) e Francis Dinneen (1967), em que tal modelo deva ser, na sua aplicação, *empírico*, ou seja, calcado na observação; além disso, *conceituoso*, não preconceituoso; finalmente, *explicativo*, bem de acordo com a etimologia *ex*, 'ação de tirar para fora' + *plicativus*, próprio do que está plicado, dobrado. Em bom português: condenar, por exemplo, o substantivo *garage* seria plicação, não explicação.

Tendo à mão o tripé empírico-conceituoso-explicativo, o pesquisador delimita o objeto, formula o problema, procede à demonstração.

Neste "Paradigmas e paradogmas", a empiria está representada por seis autores de cinco manuais de redação que se ocupam da matéria-prima verbal da escrita - léxico e gramática - e o fazem, explícita ou implicitamente, sob ângulo ora observacional (que vai de fatos a conclusões) e conceitual (que elucida), ora apriorístico e preconceitual, conforme estejam, ou não, alinhados com as "adesões conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais" da comunidade científico-lingüística de hoje. Especificamente, constituem-se alvo desta pesquisa (1) estes gramáticos: Almeida (1999), Cipro Neto (2000), Kury (1983, 1989), Luft (1987, 1996, 2000) e Sacconi (1990)

e (2) os manuais de redação e estilo destas empresas jornalísticas: Editora Abril (1990), *Folha de S. Paulo* (1992), *O Globo* (1992), *O Estado de S. Paulo* (1992), *Zero Hora* (1994).

Depois de breve análise dos conjuntos 1 e 2, comento, à luz dos critérios estabelecidos - comprovação empírica, conceituação, explicação - excertos de cada um dos componentes do *cópus*.

Conquanto não me proponha senão verificar, nos moldes fixados, a cientificidade do material arrolado, importa expressar a desconfiança de que a maneira, séria ou não, como gramáticos e manualistas se comportam em relação às questões léxicas e sintáticas, se reflete, positiva ou negativamente, no desempenho de aprendizes, usuários e profissionais da produção escrita, muito embora haja quem veja o normativismo quase que como um reclamo (em parte, equivocado e distorcido, é claro) da população, poderíamos dizer, semiletrada, mediana e mesmo superiormente letrada. Muito embora, fundado na experiência de professor e revisor, concorde com essa opinião, noto-lhe as graves inconveniências de todo reducionismo inibidor, discriminatório e charlatanista.

## Paradigmas

Prosseguindo, sintetizo, como que num rápido entreato, preparatório do próximo passo deste ensaio, o capítulo "Paradigmas, 1950 a 1990", do meu livro intitulado *A construção da identidade na redação escolar* (1999). Baseado em compêndios redatório-escolares, delineio, ali, três paradigmas: *normativo*, de 50 a 70; *estrutural*, de 70 e 80; e *discursivo*, de 80 em diante. O primeiro se concentra no vocabulário e na gramática (fonética, morfologia, sintaxe); o segundo se volta à dicotomia fala-escrita, à superestrutura narrativa e argumentativa, à paragrafação, à textualidade; o terceiro gira em torno da psicogênese e da sociogênese da escrita.

Diferentemente daquela pesquisa, em que o interesse maior era a escola, e os livros analisados tratavam da redação - sua tipologia e realização lingüística -, esta investigação atém-se ao tecido verbal e ao modo como metalingüistas, concentrados no código, concebem os fios dessa textura ou entretecedura.

## Paradigmas e paralogmas

Voltando ao final do primeiro subtítulo, é preciso esclarecer, de saída, que uma leitura preliminar dos *cópus* gramatical e técnico escolhidos

para a amostra representativa do fenômeno a descrever evidenciou, de cara, duas posturas indisfarçáveis: uma flagrantemente prescritiva (Almeida, Ledur, Sacconi e manuais) e outra mais descritiva (Cipro Neto, Kury e Luft), esta próxima do que seria uma análise de cariz ou cara científica. Está, assim, justificada a ordem subsequente: primeiro, os prescritivistas; em segundo lugar, os descritivistas.

## Os prescritivistas

### Napoleão Mendes de Almeida

Encabeça a lista Napoleão Mendes de Almeida. Dele, como dos demais integrantes da nominata selecionada, não celebrarei méritos (os três, inegavelmente, os têm): procuro tão-só descrever o que me é dado observar, como lingüista que procuro ser, em seus enunciados. Meio que me desdizendo, aprecio, de Napoleão, a *Gramática metódica da língua portuguesa* (1999), pela organização gráfico-didática, pelo precioso índice remissivo, pelos questionários, pelas notas sempre muito práticas e judiciosas e, às vezes, pitorescas e surpreendentemente atuais, como quando, em notinha do número 234, defende o plural de “palavras praticamente inadaptáveis ao português” (Almeida, 1999: 118), entre as quais *gols*, forma apadrinhada pelo Michaelis, contra os levemente engraçados *góis* e *goles* do Aurélio e os bem-intencionados *golos* de Luft. (A bem da verdade, nenhuma das formas, nem a luftiana, nem a aureliana, nem a napoleônica, é lingüisticamente satisfatória. Quem sabe: *gous*.)

Mas, se, na sua *Gramática metódica*, Napoleão é, via de regra, objetivo e cordato (e, vista a natureza da obra, poderia ser diferente?), o mesmo não se verifica, freqüentemente, nas mais de 600 páginas do seu *Dicionário de questões vernáculas* (1994), onde, não raro, até em razão do público a que se dirige, o de *O Estado de S. Paulo* (é provável que desejoso de regras e descomposturas nos que as descumprissem), descai na polêmica passional. Seletivamente, me detive, sobretudo, nos verbetes “Ensino do vernáculo”, “Língua brasileira”, “Língua nacional”, “Língua sem gramática”, “Linguística”, “Português”, “Professor de português”, “Redação”, “Vernáculo” e, neles, me deparei com um intelectual alheio ao mundo em que vive e milita, sem a menor disposição de entender a circunstância e, ainda por cima, arvorado em dono da verdade. “Nosso idioma”, prega apocalipticamente, “vem perdendo sua fina textura”, “substituído dia a dia

por um emaranhado de esparadrapos” (Almeida, 1994: 593). Supostos causadores desse, ao ver dele, apocalipse: “os lares, os meios de comunicação e as próprias cátedras” (Almeida, 1994: 312); “o noticiário, a discussão parlamentar e o descuido oficial” (Almeida, 1994: 313); “nossos jornais, anúncios de rádio, de televisão e de parede” (Almeida, 1994: 441).

Não lhe escapa nem o Aulete, “conspurado (...) com a apresentação de autoridade como Chacrinha para justificar um chulismo” (Almeida, 1994: 477) nem, muito menos, a lingüística, “um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa, em escolas brasileiras” (Almeida, 1994: 316). A propósito: que deslize teria cometido o Caldas Aulete para sujar assim a sua barra vernácula? Na edição de 1985, encontrei *trombicar*, plebeísmo, ‘ter coito’; figuradamente, ‘burlar e, na gíria, estrepar-se’. Pelo jeito, é esse o lapso auletiano. Aurélio e Michaelis trazem tanto *trombicar*, ‘ter relações sexuais, copular’, quanto *trumbicar*, ‘dar-se mal, entrar pelo cano’, forma original do velho guerreiro da televisão brasileira dos anos 70 e 80 do século XX: *Quem não se comunica, se trumbica*.

Do visto, se depreende que Napoleão não apresenta as credenciais de empiria, despreconceito e caráter explicativo, exigíveis de paradigma lingüístico-científico aceitável, dado que alheio aos fatos, preconceituoso contra Deus e o mundo e tapanho nas explicações.

### Paulo Flávio Ledur

Contra a bile napoleônica, sobra a Ledur bom humor e bonomia, nos quatro volumes de *Os pecados da língua: pequeno repertório dos grandes erros de linguagem*. A parceria com o cartunista Paulo Sampaio (Sampaulo) salienta essa veia.

O gaúcho Ledur, se o confrontamos com o paulista Napoleão, não é do meio gramatical nem da imprensa. Professor, editor, gráfico, livreiro, situa-se na linha moderada (existe a radical) da tradição portuguesa dos vícios, das doenças e das transgressões de linguagem, da qual Cândido de Figueiredo, com seu, entre outros, *Falar e escrever: novos estudos práticos da língua portuguesa, ou consultório popular de enfermidades da linguagem* (1946), é um dos “sanitaristas” mais representativos, *si parva licet comparare magnis*, perdão, ‘se for lícito comparar coisas pequenas a grandes’.

Ledur, além de amenizar seus pequenos bem-humorados sermões (não se esqueça que o sentido positivo dessa palavra é ‘conversações’, que,

não sei por quê, me evocam *Nova floresta*, de Manuel Bernardes), com engraçadas ilustrações, divide religiosamente seus trabalhos em sete partes capitais, com variações de distribuição nos quatro volumes: pecado n. 1: Mexendo no sentido; pecado n. 2: Paradoxos e confusões; pecado n. 3: Redundâncias e inutilidades; pecado n. 4: Discordâncias e erros de flexão; pecado n. 5: Pequenas palavras, grandes pecados; pecado n. 6: Errando por pouco; pecado n. 7: Variedades. (Citei os títulos do v. 2 repetidos nos demais, com pequenas variações.)

Em tempo:

(1) São muito felizes as apresentações dos volumes aos leitores: a de Luís Fernando Veríssimo: “Esqueça a contrição. Ler este livro é um ato de curtição” (v. 1, p. 5); a de Luiz Antônio de Assis Brasil: “Numa linguagem trivial e saborosa, lembra-nos os tropeços diários, e o faz de maneira a não ofender (...). Em vez de soterrar-nos com regras gramaticais e estudos etimológicos e sintáticos, prefere exemplificar os pecados, para, depois, apresentar a melhor penitência” (v. 2, p. 7); a de Chico Caruso: “Nada escapa aos olhos e ouvidos da dupla Ledur e Sampaulo, que, graças à experiência acumulada, deveria ser adotada pela rede de ensino” (v. 3, p. 7); a de Sérgio da Costa Franco: “Para quem conheceu aqueles antigos e surrados livrões de gramática e com eles sofreu, achar um livrinho assim, sacudido e alegre, ensinando com simplicidade as mesmas coisas que os pedantes ensinam com retóricas, palavrões e perdigotos, é um alívio e um estímulo para estudar português” (v. 4, p. 7). Só que, obviamente, “curtição”, “exemplificação”, “experiência”, “simplicidade” não asseguram cientificidade.

(2) Segundo em-tempo: Além de contar com apresentadores simpáticos, Ledur, diferentemente de Napoleão, não se envolve em questões doutrinário-escolares polêmicas (gramática, lingüística, ensino...). Revela-se, ademais, um observador espirituoso, ao de leve malicioso, e arguto.

Mas como procede, afinal, o autor de *Os pecados*, em suas análises? Não obstante se basear em dados concretos, suscetíveis de fácil comprovação empírica, censura, reprova e condena, amiúde, formas inocentes, que arrola entre os sete pecados mortais e os mil veniais de sua lista - o que acontece mais nos de número 1, 2 e 3 e menos em 4, 5, 6 e 7.

Exemplos de casos inexplicados (coloco em **negrito** os usos tachados como incorretos, e, depois do volume e da página, os substitutivos sugeridos por Ledur, quando os houver):

Você deve **tirar** a pressão todos os dias (1, p. 15). **Verificar**.

**Tirar** o título de eleitor (1, p. 17). **Solicitar**.

Aproveitem nossas **promoções** (1, p. 18).

**Horário** brasileiro de verão (1, p. 19). **Hora brasileira de verão.**

Esse sujeito é um **tratante** (1, p. 23).

O clube tem bom **plantel** (2, p. 16). **Grupo.**

Teria o deputado o dom **divino** da adivinhação? (2, p. 18).

**Xérox** ou **xerox?** (2, p. 19). **Fotocópia.**

O paciente ingere diariamente **toda a medicação** receitada (3, p. 82). **Os medicamentos.**

Petróleo **árabe** (3, p. 83). **Arábico.**

Quero **fazer uma colocação** (ibid.). **Expressar uma idéia.**

Ar **condicionado** (3, p. 85). **Refrigerado. Aquecido.**

Sujeito a **guincho** (3, p. 91). **Guinchamento.**

As chuvas **fizeram** muitas mortes (4, p. 43). **Causaram. Provocaram.**

FHC é muito **viajado** (4, p. 44). **Viaja muito.**

O deputado **tomou a palavra** (ibid.) **Discursou.**

**Tragédia** mata centenas de pessoas (4, p. 45). **Terremoto.**

**A arbitragem** anulou o gol (ibid.) **O árbitro.**

É uma grande **atochada** (4, p. 46). **Não existe a palavra atochada.**

**Atocho. Mentira.**

Não consegui **acessar** (4, p. 47). **Ter acesso.**

Clube tem novo **fisicultor** (4, p. 48). **Preparador físico.**

O Ministro **elencou** o conjunto de medidas (ibid.). **Expôs. Divulgou.**

Foi uma **carreata** memorável (ibid.). **Carraria. Carriagem.**

Espanta, nessa amostra, só do pecado n. 1 (Mexendo no sentido), a desconsideração (1) do uso (**atochada, plantel**), (2) do dicionário (**ar condicionado, carreata, xerox**), (3) da linguagem figurada (**A arbitragem anulou, Ingere a medicação, Tragédia mata** são metonímias).

Ao **desdém** exemplificado, soma-se o tom oracular:

**A política enquanto ciência é construtiva.** É comum autores de textos usarem **enquanto** em vez de **como**, talvez por terem enjoado do **como**, e **enquanto** parecer mais rebuscado. Cuidado! **Enquanto** implica contemporaneidade, tempo, não podendo ser usado no sentido de **como**. Por isso: **A política como ciência é construtiva** (3, p. 37). Aurélio (1999) aprova o sentido restritivo de 'sob o aspecto de, considerado como', com o abono de Sílvia Elia (1978: 25). Tanto faz, por conseguinte, **A política enquanto** ou **A política como**.

**Este assunto é de estrita responsabilidade do Governador.** Errou o secretário, não em relação à responsabilidade do Governador, mas em relação a seus limites. Já que **estrito** refere algo exato, preciso, rigoroso, nada tem a ver com os limites do poder; quis o entrevistado dizer que o assunto era **restrito**, isto é, limitado ao Governador” (3, p. 50). **Estrito** e **restrito** são apontados como sinônimos por Aurélio (1999) e Michaelis (1998). E é fácil de ver por quê: existe analogia semântica entre **exatidão**, **precisão**, **rigor** e **limite**. Conseqüentemente: **Este assunto é de estrita** (rigorosa) **responsabilidade do Governador** ou **de restrita responsabilidade do Governador**.

**É preciso fazer a prova dos nove.** Também é preciso saber que essa prova envolve, ou pode envolver, mais de um nove. Por isso mesmo, o nome correto é **prova dos nove** (4, p. 68). Barros (1985: 199) ensina, de passagem, que “numerais são morfologicamente inflexionados em números, uma vez que este lhes é intrínseco”. Pluralizá-los - como em “dezoito, nove fora, nove” - seria “tendência popular” (id., *ibid.*). Aurélio (1999) registra “prova dos nove”; Michaelis (1998), “prova dos nove”. Conclui-se que nove ou nove, é indiferente, a despeito de Ledur, Aurélio, Sacconi (1990: 140: “É e sempre foi dos nove”), de *O Estado de S. Paulo* (1992: 221), pois que *in dubio pro reo*, ‘na dúvida, pelo réu’.

**Ele tem a habilidade de um bom saca-rolha.** Melhor ainda se, diferentemente do autor da frase, souber que todo bom saca-rolhas não é descartável, servindo para sacá-las em grande quantidade e por muito tempo, sendo, então sim, **um bom saca-rolhas** (4, p. 69). Aurélio (1999) e Michaelis (1998) sacramentam **saca-rolha**.

Do exposto, se infere que Ledur, conquanto, geralmente, empírico, é parcial no ver e no explicar os fenômenos de que se ocupa.

Luiz Antônio Sacconi

O mesmo (que em Ledur) acontece em Sacconi, em *1000 erros de português da atualidade* (1990), com uma agravante e uma ou duas atenuantes. A circunstância agravante é Sacconi, a três por dois, ser agressivo, especialmente para com a classe dos jornalistas: “**Mas existe até um livro com o nome de *Os anos sessenta***. O autor desse livro deve, naturalmente, ler jornal todos os dias. E quem lê jornal hoje em dia aprende!!!” (Sacconi, 1990: 6); “**A palavra correta é enfarte ou infarto?** As duas, mas há leve preferência pela segunda. Os jornalistas brasileiros, porém, criaram uma ter-

ceira forma: *enfarte*, que só colabora com que professores de português tenham *infarto*” (Sacconi, 1990: 73); “**Posso usar falar por dizer, como fazem os jornalistas?** Se é assim que fazem os jornalistas, já esteja certo de que não pode” (Sacconi, 1990: 106); “**Jornalista brasileiro comete bastantes erros?** Comete *bastantes* erros, *bastantes* asneiras, *bastantes* sandices” (Sacconi, 1990: 164).

Descontada a agressividade, sinônima, no caso, de preconceito, o autor tem a seu favor, entre outros merecimentos, o de encabeçar as correções e comentários com perguntas e o de ser aberto a estrangeirismos, reconhecidos ou não: “reveiom, *leiaute*, *râxi*, flexe, pupurri, *quitinete*, *randevu*, *surfe*, *soçaita*, *turnê*, *úisque*, *tíquete*” (Sacconi, 1990: 23), postos em itálico, aqui como a seguir, os registrados no Aurélio e/ou no Michaelis; “*aiçeburgue*, *bum*, *langerri*, *laicra*, *náilon*” (id.: 32); “*défice*” (id.: 107), que não se encontra nos nossos dois megadicionários clássicos, mas no da Academia Brasileira de Letras, sim; “**Se eu quiser escrever *xópingue*, em vez de *shopping*, posso?** Não só pode como deve, já que o aportuguesamento desse anglicismo é justamente *xópingue*. Eis mais alguns aportuguesamentos: Xangai, *xampu*, *xortes*, *Xeila*, *Xirlei*, *dópingue*” (id.: 161). “**E *xou* é forma boa?** É o aportuguesamento legítimo de *show*” (ibid.); “Anote mais estes plurais interessantes: *hambúrgueres*, *chisbúrgueres*, *frizeres*, *trêileres*, *zíperes*, *pôsteres*, *contêineres*” (id.: 194).

Mesmo que, no campo da neologia, se possa divergir de Sacconi em detalhes, como nos proparoxítonos *dópingue* e *xópingue*, aos quais a deriva natural da língua preferiria certamente ou *dópin* e *xópin* ou *dópi* e (forma adotada por Luís Fernando Veríssimo) *xópi*, no geral há de se concordar com ele.

Fora isso, entretanto, as diferenças com o gramático são muitas, seja no léxico, seja na sintaxe, visto o autor desconsiderar o uso e o contexto lingüístico, de encontro à empiria e à explicação circunstanciada.

Assim, no universo da lexicologia, Sacconi refuga:

**colocar**, no sentido aureliano de ‘trazer à baila ou à discussão, apresentar, expor’, como, de resto, o faz também Ledur: “**É correto o uso do verbo *colocar* assim, por exemplo: *colocar bem a questão, colocar bem o problema?* É um abuso. O uso do verbo *colocar*, nesse caso, evidencia apenas e tão-somente a pobreza de vocabulário de quem fala ou escreve. Quem *expõe* uma questão merece mais respeito” (id.: 37);**

**maracutaia**: “**E *maracutaia* é bom?** É ótimo para quem não tem nenhum conhecimento do nosso vocabulário, nem nenhum respeito à nossa

língua” (id.: 58); respeitosamente, Aurélio (1999): “**maracutaia**, s. f., bras., negócio fraudulento, negociata”;

**Antártida:** “**Os brasileiros querem explorar a Antártida. Vai dar certo?** Se depender da língua, vai dar errado. Convém que eles mudem o rumo e se dirijam à *Antártica*, que é região existente no planeta. Ir à *Antártida* é fria” (p. 80); pelo contrário: é quente, a crer na maioria das enciclopédias e dos mapas;

**xerox:** “**Devo dizer xerox ou xérox?** Diga sempre *xérox*, que é palavra feminina, além de paroxítona: *a xérox, uma xérox, duas xérox, muitas xérox*, etc.” (p. 101); a despeito do parcialismo e do gênero feminino, é um avanço, em relação a *Ledur*; já o Aurélio (1999) não se acanha de tirar *xerox* ou *xérox*, masculinos, ou também de fazer *xerocópia*, ou de *xerocopiar*, ou de *xerografar*, ou de *xerocar*, ou de *xeroxar* no *xerox*, que é o lugar onde se faz *xerografia*;

**estalado:** “**Existem ovos estalados?** Não, só comemos ovos *estrelados*, por mais estalos que eles dêem na frigideira, ao contato com o óleo quente. Boas cozinheiras *estrelam* ovos” (p. 136); nesse ponto, o Aurélio (1999) e o Michaelis (1998) estão com Sacconi, contra o uso, cuja existência, no entanto, Michaelis, menos mal, admite;

**prenha:** “**Uma cadela pode ficar prenha?** Fêmeas grávidas ficam, de preferência, *prehes*: *cadela prenhe, gata prenhe, elefanta prenhe, vaca prenhe, égua prenhe*, etc.” (p. 158); Sacconi modaliza: “de preferência”; Aurélio (1999) vai mais longe: aceita a variante popular “*prenhe*”;

**chego:** “**Posso dar um chega a algum lugar?** Se quiser chegar bem, com saúde, prefira dar *uma chegada* (a qualquer lugar): a forma *chego* só existe mesmo para *eu* (eu chego) e não para *um* (um chego)” (p. 171); ora, qualquer usuário da língua sabe que se dá *um chega* a algum lugar, por mais que se queira dar um *chega-pra-lá* nessa forma reduzida;

**garage:** “**Meu carro fica na garage?** Não, todos os nossos carros ficam na *garagem*” (p. 195); não os do Aurélio (1999), que os guarda na *garage* ou na *garagem*.

Com não menor sem-cerimônia que a exemplificada no plano lexical, Sacconi descarta expressões legítimas, como “*brasileiras e brasileiros*” (p. 14), “*escola de primeiro e segundo graus*” (p. 31); “*às seis horas amanhece o dia*” (p. 35); “*a nível federal*” (p. 50); “*TV a cores*” (p. 70), “*face a*” (p. 128), “*é de menor*” (p. 142); “*um doze avos*” (p. 183) e *condena, pura e simplesmente* (escrevi: “*pura e simplesmente*”), no campo sintático, como se a língua tivesse um só registro ou nível, “*acho que estou precisando mesmo é de*

uma boa gramática para *mim* saber mais sobre a língua” (p. 66), “deixe eu fazer uma pergunta” (p. 69), “viva os brasileiros” (p. 208). De igual forma, inquina de errôneas, sem dizer onde e quando, as concordâncias “vem pra Caixa *ocê* também” (p. 9), “fazem dez anos” (p. 129) e as regências “greve não implica *em* demissões” (ibid.), “compartilhar de” (p. 198).

Nada obstante, creditem-se ao gramático (me limito a *Mil erros de português da atualidade*) lances de lucidez, como quando, indagado sobre se o plural de *memorandum* é *memoranda* e se o de *campus* é *campi*, responde que *memoranda* e *campi* são formas latinas e que, no português, temos *memorando* e *memorandos* (o Aurélio, 1999, consagra *memorandum* e *memorânduns*), o mesmo valendo para o *câmpus*, os *câmpus*, analogamente a o *vírus*, os *vírus* e o *ônibus*, os *ônibus*. Nesse aspecto, Sacconi se avanteja a Maria Helena de Moura Neves, que, na sua *Gramática de usos do português* (2000), considera *campus/campi*, *corpus/corpora*, *curriculum/curricula*, *dandy/dandies* (de longa data, aportuguesado para *dândi/dândis*) como sendo plurais particulares. Surpreende, outrossim, quando, contra certo generalizado normativismo rebarbativo, assevera que, em face de “nasci *a* ou *em* 18 de dezembro”, “tanto o emprego do *a* quanto o do *em* configura bom português” (p. 91).

Nem isso, no entanto, exime Luiz Sacconi de preconceito, antiempíria e inexplicação.

### Manuais de redação

Diversamente da gramatical trindade, até aqui tipificada - Almeida, Ledur e Sacconi - que, pura e simplesmente, teoriza(m) em torno de questões de linguagem e teriam de, assim, fazê-lo com e em cima de fatos, explicativa e despreconcebidamente, os livros-guia, de que agora vou tratar, têm finalidade prática: editar jornais (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Zero Hora*) e revistas (Editora Abril). Se bem que, *mutatis mutandis*, ‘mudados os pormenores que devem ser mudados’, os dois grupos discutam os mesmos fenômenos lingüísticos, orientam-se por objetivos distintos, que, nos primeiros, são teóricos e gerais e, nos segundos, utilitários e funcionais. Por isso mesmo, o que, no trio gramaticalista, é defeito (normativismo unidirecional), torna-se, nos manuais de redação e estilo, exigência de ação eficaz. O princípio da cooperação, de Grice, concretizado nas máximas da qualidade, da quantidade, da pertinência e da maneira-como (apud, Xavier e Mateus, 1990), entram aqui com força total. De que forma?

Pela definição (1) do que seja um bom texto e (2) de quais sejam os pontos gramaticais indispensáveis à consecução do objetivo de escrever bem para leitores de periódicos de massa.

Quanto a (1), para a Abril, um texto, “para ser lido com prazer”, não precisa de muito mais do que isto: “clareza na linguagem, precisão na informação - e bom gosto” (1990: 11). A *Folha* corrobora esse parecer: “Um bom texto jornalístico depende, antes de mais nada, de clareza de raciocínio e domínio do idioma” (1992: 47), devendo (e repete três vezes o modalizador deôntico) “ser (...) claro e preciso”, “desenvolver-se por meio de encadeamentos lógicos” e “estar redigido em nível intermediário, ou seja, utilizar-se das formas mais simples, admitidas pela norma culta da linguagem” (id., ibid.). O *Globo* reforça: “(...) exige-se fidelidade a três princípios: exatidão, clareza e concisão” (1992: 15). Para tanto, requer-se, na opinião da Abril, “certo talento”, “conhecimento do idioma e de suas regras gramaticais”, “familiaridade com o tema tratado, vontade de pensar, capacidade de concentração, amor à leitura, disposição, coragem para enfrentar duras batalhas” (1990: 11). Concernente a isso, nas apresentações do *Estado* e da *Zero Hora*, assinadas pelo jornalista Augusto Nunes, lamenta-se, meio que apocalipticamente, que, “no Brasil deste final de milênio (...), parecem efetivamente quixotescos os jornalistas empenhados em defender a Língua Portuguesa de seus inúmeros agressores” (*O Estado*, 1992: 7) e que “a multidão dos que escrevem espantosamente mal contrasta com o punhado de jornalistas que tratam o idioma com o merecido carinho” (*Zero Hora*, 1994: 8).

Quanto a (2), os cinco manuais do meu *córpus* concordam em que, na redação jornalística, o uso adequado do idioma converge para o domínio (2a) do vocabulário, (2b) da grafia, (2c) da morfologia, (2d) da sintaxe.

(2a) No campo vocabular as listagens mais extensas, de palavras e expressões, em ordem alfabética, são do *Estado*, da *Folha* e do *Globo* (a Abril e a *Zero Hora* não as dispensam), e a preocupação é com

**expressões e palavras vitandas:**

*palavrões* (bicha, pentelho, puxa-saco, etc., *Zero Hora*);

*gíria* (“Evite ao máximo”, *Folha*, p. 77);

*variantes raras ou abusivas* (ao invés de, assaz, em nível de, pois, ‘porque’, etc., *Zero Hora*; estória, na realidade, outrossim, porquanto, por sua vez, todavia, via de regra, etc., *Folha*; até ao, colocação, ‘sugestão, observação, ressalva, idéia’, *curriculum vitae*, frente a, hortifrutigranjeiros, ‘substitua por verduras, frutas, ovos, etc.’, vem de, ‘acaba de’, etc., *Globo*; diligenciar, morosidade, uso, etc., Abril);

*preciosismos* (“Evite palavras que emprestem tom preciosista ou exagerado ao texto, como *viatura, veículo, residência, mansão, esposa, colisão*. Dê preferência ao vocabulário coloquial: *carro de polícia, carro, casa, mulher, batida*”, *Folha*, p. 59);

*estrangeirismos* (“A palavra estrangeira só deverá ser usada quando for absolutamente indispensável”, *Estado*, p. 58; por outro lado, o jornal recomenda que se use *chassi, chique, chope, estresse, teipe, turnê*, etc.);

*regionalismos* (“Evite palavras e expressões que tenham significado restrito a uma região”, *Folha*, p. 107);

*jargão* (“O texto jornalístico não deve conter expressões de domínio exclusivo de um grupo de profissionais ou especialistas”, *id.*, p. 83);

*clichês, ou cacoetes, ou lugares-comuns* (a olhos vistos, bárbaro assassinato, fazer vistas grossas, lavar a alma, sair de mãos abanando, testemunha ocular, etc., *Zero Hora*);

**duplas, trincas e quadrilhas perigosas:**

acerca de/a cerca de/cerca de/há cerca de

achar por bem/haver por bem

a cores/em cores

afim/afim de/a fim de

a/há

a nível de/ao nível de/em nível de

Antártica/Antártida

ao encontro de/de encontro a

ao invés de/em vez de

aonde/onde

a/para

até a/até às

a tempo/há tempo

cessão/seção/secção/sessão

desapercebido/despercebido

discriminar/discriminar

dia a dia/dia-a-dia

este/esse/aquele

há/havia

lhe/o

infligir/infringir

senão/se não

tacham/taxam

tampouco/tão pouco  
 todo mundo/todo o mundo  
 tráfego/tráfico  
 vultoso/vultuoso  
 etc. (*Estado, Folha, Globo*).

(2b) No terreno gráfico, o cuidado é com a escrita uniforme de abreviaturas

cargos  
 formas de tratamento  
 horas  
 maiúsculas  
 minúsculas  
 nomes próprios  
 numerais  
 siglas  
 títulos de publicações  
 etc.

(2c) Na área morfológica, quatro classes de palavras são alvo de atenção especial, nos manuais de redação:

o *artigo* (*Estado*, 103 a 107; *Folha*, 55; *Globo*, 78 a 80);

os *pronomes demonstrativo e relativo* (*Globo*, 80 e 81);

os *verbos declarativos*, em razão de sua natureza como que jornalística (acentuar, admitir, advertir, aduzir, afirmar, argumentar, destacar, dizer, falar, garantir, informar, lembrar, *Globo*, 30), e os *despronominalizados* (acordar, confraternizar, ombrear, proliferar e não: acordar-se..., *Estado*, 300);

as *preposições* omitidas [“Maria, (com os) olhos cheios de lágrimas, retirou-se da sala”, *Estado*, 248 e 249)], repetidas (“Curvou-se aos desmandos e aos abusos da ditadura”, id.: 249), mais comuns (*Globo*, 71 a 78).

Em relação à primeira das categorias destacadas, o artigo, Neves (2000) consagra ao definido e ao indefinido mais de 70 páginas de sua *Gramática de usos do português*, numa clara demonstração da importância prática dessa partícula. Curiosamente, gramáticos mais antigos, como Almeida (1999), Cegalla (2000) e Rocha Lima (2000) reservam-lhe, pela ordem, seis, uma e três páginas, e Cunha & Cintra (s.d.) e Sacconi (1999), mais recentes, lhe dedicam, respectivamente, 39 e 12 páginas.

(2d) Na esfera sintática, os manuais gravitam em torno das comuns unidades gramaticais

da *concordância* (sujeito eu, tu, ele; pronome indefinido + de nós ou de vocês, etc., *Globo*, 69 a 71; *Folha*, 62 a 64);

do *infinitivo flexionado* (“Deixe as crianças sair/saírem”, “Não te perdôo teres feito o que fizeste”, *Folha*, 81 e 82; *Estado*, 185 e 186);

da *regência* (verbos *agradar, aspirar, assistir, chegar, comunicar, fazer, haver, implicar, informar, intervir, lembrar, obedecer, pedir, preferir, proceder, responder, visar, Globo*, 62 a 66; *Zero Hora*, 56 a 60; no prefácio do manual do *Estado*, Eduardo Martins, organizador e editor, observa: “Os verbos mais comuns da língua portuguesa cuja regência possa oferecer dificuldades figuram no manual e se observou o critério do uso geral ou do exemplo dos bons autores”, p. 12);

da *crase*, fenômeno de contração ou fusão, vinculado à regência (*Folha*, 65 e 66);

das *preposições*, tendo em vista o seu caráter introdutório aos complementos regidos por verbos e nomes substantivos, adjetivos e adverbiais (adequar-se *a*, animar-se *a*, dar a luz *a*, vincular *a*, débito *com*, protesto *contra*, intenção *de*, conhecido *em*, nomeação *para*, optar *por*, palestra *sobre*, etc., *Globo*, 71 a 78);

da *colocação* dos termos na frase (sujeito + predicado + complementos, *Estado*, 126 a 131), com foco vermelho em cima da mesóclise e do pronome oblíquo proclítico (“Fuja da chamada mesóclise” e “Jamais inicie qualquer oração com pronome oblíquo antes do verbo, salvo em certas citações”, ordena a *Abril*, p. 55, e exemplifica, para não deixar dúvidas: “SIM: Disseram-me que... NÃO: Me disseram que...”).

Me permitiria, digo, Permitir-me-ia ou Eu me permitiria concluir que, nada obstante a talvez demasiada subordinação à gramática padrão de cunho não rigorosamente científico e o conseqüente receio de inovar e renovar, à luz de fatos novos, os quais de resto a população, por educação e por índole, demora a assimilar, os manuais cumprem, a seu modo, as exigências mínimas da empiria, da conceituação e da explicação. Prescritivos, são-no em nome da produção (homogênea) e da recepção. Cooperativamente, nos termos de Grice.

## Os decritivistas

Na esperança de que as colocações (!) e considerações feitas, até este ponto, hajam entremostrado o que seja um paradigma descritivo, serei, dora em diante, no trato que dispenso a Cipro Neto, Gama Kury e Luft, mais sucinto.

Iniciando pelo primeiro do trio, focalizo nele três verbetes do *Dicionário de regência verbal* (1987) - *assistir*, *implicar* e *proceder* - e o trio verbal *despender*, *infarto* e *verbal*, de *O romance das palavras: uma história etimológica e semântica* (1996).

Na descrição de *assistir*, presença obrigatória em tudo quanto é gramática, Celso Pedro Luft marca sua postura empírica, conceitual e explicativa com duas observações. Na primeira, nota que a regência primitiva *assistir a alguém*, *assistir-lhe*, cedendo à pressão semântica dos sinônimos ‘ajudar, auxiliar, proteger, acompanhar, confortar’, transformou-se em *assistir alguém*, *assisti-lo/a*. Na segunda, anota que, dobrando-se à influência coercitivo-semântica de ‘ver, presenciar, observar’, o que era *assistir a algo*, *a eles*, *a ela/s* tornou-se *assistir algo*, *assisti-lo/a*. Apoiado, ademais, em pesquisa de Luiz Carlos Lessa, *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa* (1976), arremata que “não faz sentido que a isso” [a construção passiva, *o jogo foi assistido*, só possível com verbos transitivos diretos] “continue se opondo o ‘ensinamento dos gramáticos’ (Lessa: 156), quando se sabe que os gramáticos devem registrar os usos da língua” (1987: 79).

Sob *implicar*, o gramático-lingüista gaúcho justifica *implicar em*, no sentido de ‘acarretar’, com dois argumentos: (1) influência de sinônimos como ‘redundar, reverter, resultar, importar’ e (2) condicionamento morfossemântico entre prefixos e preposições, de tal forma que “o prefixo da palavra regente volta sob a forma de preposição” (1987: 12): Acorrer A, CONviver COM, DERivar DE, Embarcar EM, IMplicar EM. Daí a conclusão de que *implicar em* está plenamente consagrado, admitido até pela gramática normativa” (1987, p. 376), na voz, por exemplo, de Rocha Lima (1973: 401): “Está ganhando foros de cidade na língua culta a sintaxe *implicar em*”.

Em *proceder*, originariamente transitivo indireto, *proceder a algo*, na acepção de ‘levar a efeito, efetuar, realizar, fazer’, o gramático-dicionarista observa que é “frequente, na linguagem vulgar (inclusive jornalística), a regência transitivo-direta *proceder o inventário*, *um inquérito*, sobretudo na voz passiva *foi procedido o inquérito*, fato já registrado por Nascentes (1960: 167): ‘Está tendendo para a transitividade’” (1987: 481). Ainda assim, pondera, “na linguagem culta formal, aconselha-se a regência primitiva *proceder a algo*” (ibid.).

Não menos cientificamente procede Luft em *O romance das palavras* (1996). Partindo sempre da origem do vocábulo - latino, em mais de 60 por cento dos casos -, descreve-lhe, em seguida, “de modo atraente e sério”,

observa Evanildo Bechara na apresentação (1996: 4), o percurso histórico, atento aos metaplasmos e a inunções outras. Assim,

*despender* e *despesa* provêm de *dispendere*, pela passagem, comum na diacronia lingüística, de /i/ para /e/ e do /ns/ intervocálico para /z = s), já *dispêndio* e *dispendioso* derivam do mesmo *dispendere*, só que sem adaptação popular;

*infarto*, forma internacional (italiano e espanhol *infarto*, inglês *infarct*, alemão *Infarkt*), vem de *infarcire*, ‘recheiar, ingurgitar, atulhar’; *enfarte*, criação portuguesa, é um derivado sufixal de *enfartar*; à semelhança de *cortar* > (= *deu origem a*) *corte*, *encartar* > *encarte*, *portar* > *porte*;

*verbal* se origina de *verbum*, ‘palavra’ oral ou escrita. Ocorre que, na interpretação de muitos, *verbal* se circunscreveu à “ação de agredir por meio de palavras faladas” (1995: 221), por influência, imagine só, de Caldas Aulete, que define *verbal* como ‘de viva voz e não por escrito’ e do Aurélio, que não faz senão repetir Aulete: ‘expresso de viva voz’. “Incompleto”, *sentencia* Luft, contra seu comedido estilo habitual. E completa: “Depois da Lingüística - nem precisa ser a moderna - e mesmo da Filologia, não se pode ficar nessa estreiteza de ‘verbal = oral’” (ibid.).

Menos descritivista do que Luft e até aparentemente prescritivista, principalmente em *1.000 perguntas: português* (1983), Adriano da Gama Kury afina, assim mesmo, com maneira de pensar empírico-explicativa.

Em *1.000 perguntas*, avisa que se propõe (a) familiarizar o iniciante “com a terminologia e os conceitos fundamentais da matéria” (1983: 5) e oferecer ao estudioso “um sistema objetivo e ameno de consulta e atualização” (ibid.) e, em *Para falar e escrever melhor o português: temas de língua portuguesa tratados com clareza, simplicidade e bom humor* (1989), declara que “não se fala uma única modalidade de língua portuguesa, mas várias, de acordo com a ocasião” (p. 7) e que “toda língua de cultura, como o português, (...) apresenta níveis - ou ‘registros, como dizem os lingüistas -, que podemos assim esquematizar: ultraformal, cuidada (cult), despreocupada, vulgar” (p. 10).

De resto, Paulo Rónai, em posfácio a *Para falar e escrever melhor o português*, reconhece, no autor, clareza, simplicidade, didática e nenhum “ardor bélico” e “furor missionário, que caracterizam tantos gramáticos” (p. 274).

Destarte, nas 232 páginas de *1.000 perguntas*, responde enxutamente a perguntas fonotográficas, morfológicas, semânticas e sintáticas, como “Quando se escreve *à toa* e *à-toa*?” (p. 29); “Por que não se deve dizer

‘Esqueci *meu* óculos em casa?’” (p. 49); “Há diferença de sentido entre *estada* e *estadia*?”, em cuja resposta faz constar que “modernamente se vem usando *estadia* por *estada*” (p. 112); “Por que se recomenda a construção ‘Entre *mim* e ele’, em lugar de ‘Entre *eu* e ele?’” (p. 146).

Em *Para falar e escrever melhor o português*, são notáveis suas lições sobre “o imperativo na fala brasileira” (p. 148 a 150), “o machismo na linguagem” (p. 192 a 196), “nossa herança latina” (p. 215 a 225), “as palavras também mudam de sentido” (p. 235 a 241):

*lapis* > pedra, lápide, lápis;

*vitium* > vício, vezo, viço;

*macula* > mácula, mancha, malha, mágoa;

*planus* > chão, porão, plano, lhano;

etc.

Mas o gramático mais em evidência, no momento, entre nós - ao menos, na mídia -, é Pasquale Cipro Neto, detentor de uma coluna semanal na *Folha de S. Paulo*: “*Incultas e belas*”, desde novembro de 1997. Tachado como gramaticalista por vários grupos acadêmicos nacionais, a pecha, a meu ver, não lhe cabe nem lhe assenta, direi, a seguir, por quê. Quanto a Marcos Bagno, que tece críticas expressas a Pasquale em, no mínimo, duas passagens do seu *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (2000) - a primeira por causa de uma controversa declaração à *Veja* de 10 de novembro de 1997, segundo a qual o carioca seria “o que se expressa melhor sob a ótica da norma culta” (p. 48), e a segunda por motivo de confusão que os co-autores Cipro Neto & Ulisses fariam entre letra e fonema (p. 60) -, além de não atingir o alvo em pontos vitais, não faz nenhuma referência à secção “*Incultas e belas*”, cujos artigos, de 6 de novembro de 1997 a 31 de dezembro de 1998, se encontram enfeixados em livro sob o título homônimo *Incultas & belas* (2000). É a esses textos, em número de 61, correspondentes a um ano e dois meses, não aos posteriores, até o presente, que aqui me aplico, em três parágrafos.

Primeiro que tudo: ao corpus de *Incultas & belas* não quadra a restrição de que aborda “uma *variedade específica*, dentre as muitas existentes” [Quantas, afinal? A rigor, não chegam a dez: culta, coloquial, vulgar, regional, grupal (ou gíriesca, ou técnica).], “que tem de ser designada com todos os seus qualificativos: ‘gramática da língua portuguesa escrita, literária, formal, antiga’” (Bagno, 2000: 61). Literária e antiga, certamente a metalinguagem de Cipro Neto não é. Formal, sim, com as devidas condicionantes, reconhecidas pelo cronista-gramático, como se verá.

Segundo: Cipro Neto sabe converter o fenômeno linguístico, a que se entrega, em notícia que se lê com prazer e proveito, longe da prosa freqüentemente sensaborona e pernóstica dos especialistas.

Terceiro: nos pequenos ensaios do autor, se observam as exigências da empiria, da conceituação e da explicação, inerentes ao paradigma linguístico de nossos dias. Senão, vejamos. Nas **páginas 12 e 13** de *Inculta & bela*, ao discorrer sobre o verso “Assim sou um passarim, que as penas estão por dentro”, de Vítor Martins, escreve: “A construção recomendada pela gramática normativa seria ‘Assim sou um passarim, cujas penas estão por dentro’. Já imaginou isso cantado?”. Vai mais longe: “É por isso que hoje em dia muitos dos vestibulares de ponta evitam falar em certo e errado. Preferem falar em adequado e inadequado”. Nas **páginas 24 e 25 e 78 e 79**, ao explicar a diferença entre “grátis” e “gratuito” e o uso de “o óculos”, invoca o fenômeno linguístico da contaminação ou transferência (ou cruzamento, que é o nome que lhe aplicam Hamílton e Sílvia Elia, 1959; Borba, 1971; Dubois, 1986; Matoso Câmara Jr., 1986; Xavier & Mateus, 1990): “por transferência, as pessoas são levadas a empregar indevidamente determinadas expressões” (p. 24). Na explicação do par “grátis” e “gratuito”, não há mal em que se divirja de Pasquale: “grátis” seria só advérbio (faça/receba/viaje grátis, mas: passagem/serviço/viagem gratuitos). Afinal de contas, Aurélio dá a palavra como adjetivo, e Michaelis, como advérbio. Luft, no seu *Minidicionário* (2000), parece aproximar-se da verdade: “grátis” é adjetivo (‘gratuito’) e advérbio (‘gratuitamente, graciosamente’). Em “o óculos”, “por ser objeto único, uma peça só, trata-se de coisa como se ela fosse uma” (p. 78), quando são duas: *óculo* (olho, ‘lente’ 1) + *óculo* (olho, ‘lente’ 2). Portanto, “os óculos”. “Mas, na prática”, entreguem-se os pontos: “no Brasil isso não pega de jeito nenhum”. Neves (2000), ouvidos moucos à variante morfológica em questão, limita-se à observação de que “há substantivos que só se usam no plural: *Os óculos estão interferindo cada vez menos na fisionomia* - revista *Veja* (p. 167 e 168).

Juntando, porém, mais comprovantes à afinação de Pasquale com a linguística atual, reporto-me às **páginas 28 e 29**: aproveitando a deixa de “ao invés de”, “em vez de” e “preferir”, contrasta a língua do dia-a-dia com a culta: “Na língua do dia-a-dia, as construções mais prováveis [de “A dormir com homem tão nobre, tão cheirando a brilho e a cobre, preferia amar com os bichos”] seriam: ‘Preferia amar com os bichos (do) que dormir com homem tão nobre...’, ou ‘Em vez de dormir com homem tão nobre..., preferia amar com os bichos’. Cuidado! Quem prefere, na língua culta, prefere

uma coisa a outra”; às **páginas 46 e 47**: ao falar do “sumiço do pronome oblíquo”, no uso mineiro de certos verbos, ou da “tendência inegável de encurtar”, na língua falada, aconselha: “Quando se trata de linguagem escrita formal, é aconselhável e mais seguro consultar bons dicionários de regência”; às **páginas 58 e 59**: a propósito de “Tu te fostes de mim”, de Fafá de Belém, explica a presença do “s” final, mais uma vez, como contaminação ou transferência, e aproveita para registrar que, “na língua do dia-a-dia, o pronome ‘tu’ tem sido usado em várias regiões do Brasil com o verbo na terceira do singular: ‘tu foi’, ‘tu fez’; às **páginas 102 e 103**: ao analisar as frases “eu se apavorei” e “simbora” (“vamos se embora”), opina: Na língua culta, ninguém aceita - nem deve aceitar - ‘vamos se embora’ ou ‘eu se apavorei’. Na língua oral, a história é bem diferente”; às **páginas 112 e 113**: ao examinar os imperativos “Não fuma”, “não fume” e “Pense em mim, chore, liga pra mim”, ergue, uma vez mais, um divisor de águas entre as línguas oral e escrita: “O que se fala nem sempre se escreve”; às **páginas 124 e 125**: ao focar “quero-a e quero-lhe”, define assim o papel do gramático: “Não cabe a um gramático castrar hábitos lingüísticos diferentes dos que prega a norma. Cabe-lhe mostrar no que os vários padrões coloquiais diferem do padrão culto”. Parodiando-o: “É isso”.

## Conclusão

Na esperança de haver caracterizado os paradigmas lingüístico-redacionais, prescritivo e descritivo, que se escondem nas entrelinhas ou de Almeida, Ledur, Sacconi e manuais de redação (com a necessária distinção entre a trindade gramaticalista e os compêndios destinados à prática jornalística), ou de Cipro Neto, Gama Kury e Luft, resta perguntar se tal linha divisória, pertinente sob o aspecto lingüístico, é relevante também na prática cotidiana, escolar e profissional. Baseado na minha experiência de professor, redator, editor e revisor, ousou afirmar que há relevância nesse divisor. Primeiro, porque o prescritivismo inibe os escritores de todos os níveis e lhes pode artificializar e descolorir a escrita. Segundo, porque o tabuário (tabu-, ‘proibição convencional semi-sagrada’ + -ário, ‘coleção’) das gramatiquices transforma a escritura em terreno lável e minado. O descritivismo, pelo contrário, deixa o escritor mais à vontade e confiante em si mesmo e confere à matéria-prima verbal que utiliza o selo da autenticidade. De mais a mais, a radicação dos modelos descritos em chão paradigmático, de natureza, ao mesmo tempo, evolutiva e comunitária, tira a esses protótipos toda rigidez e os expõe ao sol de uma saudável relatividade.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de questões vernáculas*. 2.ed. São Paulo: LCTE, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 43.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 4.ed. Lisboa: Delta, 1985.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BARROS, Albertina Fortuna. *Técnica do estilo*. 2.ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1968.
- BARROS, Enéas Martins de. *Nova gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1985.
- BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno vocabulário de lingüística moderna*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Noites de Lamego*. 2.ed. Lisboa: Antônio Maria Pereira, 1873.
- CIPRO NETO, Pasquale. *Inculca & bela*. 3.ed. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.
- COUTO, Hildo H. do. *O que é português brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CRUZ, Antônio. *Arte da composição e do estilo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1951.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DICIONÁRIO DE TERMOS LINGÜÍSTICOS (org. de Maria Francisca Xavier & Maria Helena Mateus). Lisboa: Cosmos, 1990, v. 1 e 2.
- DICK, Lauro. *A construção da identidade na redação escolar*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.
- DINNEEN, Francis. *An introduction to general linguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1967.
- DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1986.

- ELIA, Hamilton; ELIA, Sílvio. *100 textos errados e corrigidos*. 11.ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1959.
- ELIA, Sílvio. *Orientações da lingüística moderna*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Falar e escrever: novos estudos práticos da língua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem*. Lisboa: Clássicos Editora, 1941, 1946, 1951, v. 1, 2 e 3.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- KURY, Adriano da Gama. *1.000 perguntas: português*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Para falar e escrever melhor o português*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- LEDUR, Paulo Flávio; SAMPAIO, Paulo. *Os pecados da língua: pequeno repertório de grandes erros de linguagem*. Porto Alegre: AGE, 1993, 1994, 1995, 1997, v. 1, 2, 3 e 4.
- LESSA, Luiz Carlos. *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- LOBATO, Lúcia M. P. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Minidicionário*. 20.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O romance das palavras: uma história etimológica e semântica* (org. de Lya Luft). São Paulo: Ática, 1996.
- MANUAL DE ESTILO EDITORA ABRIL: COMO ESCREVER BEM PARA NOSSAS REVISTAS. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- MANUAL DE ÉTICA REDACIONAL E ESTILO: ORGANIZAÇÃO DE ZERO HORA. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO (org. de Eduardo Martins). 2.ed. São Paulo: Maltese, 1992.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO O GLOBO (org. de Luiz Garcia). 7.ed. São Paulo: Globo, 1992.
- MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NOVO MANUAL DE REDAÇÃO. 4.ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, E. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999, v. 2.

PLATÃO. *Fédon*. Brasília: UnB, 2000.

RANSANZ, Ana R. P. *Kuhn y el cambio científico*. México: Fondo de Cultura, 1999.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. Coimbra: Almedina, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 38.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

SACCONI, Luiz Antônio. *1000 erros de português da atualidade*. Ribeirão Preto, SP: Nossa Editora, 1990.

\_\_\_\_\_. *Nossa gramática: teoria e prática*. 25.ed. São Paulo: Atual, 1999.

SAPIR, Edward. *Lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e. *Teoria da literatura*. Coimbra: Almedina, 1967.

VERGILIUS, Publius. *Georgica*.